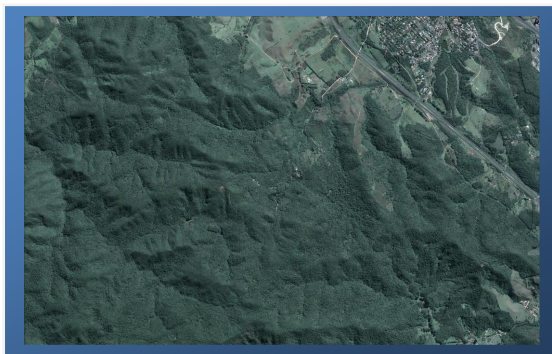


ANEXO 23

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo apresentar um **CAPÍTULO** específico do EIA-RIMA do Loteamento Sant’Anna da Grama, com a caracterização e análise das Unidades de Conservação (UCs) existentes na região do empreendimento (**TABELA 1**).

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO (KM)
APA Jundiaí (estadual)	Lei Estadual nº. 4.095, de 12/6/84, Lei Estadual nº. 12.290, de 2/03/06 e Decreto Estadual nº. 43.284, de 03/07/98	49.329	Jundiaí e parte dos territórios de Jarinu, Campo Limpo Paulista e Itupeva	10,1
APA Cabreúva (estadual)	Lei Estadual nº. 4.023, de 22/05/84, Lei Estadual nº. 12.289 de 02/03/06 e Decreto Estadual nº. 43.284, de 03/07/98	37.197	Cabreúva e parte dos territórios de Indaiatuba, Itu e Salto	18,2
Parque Estadual de Assessoria da Reforma Agrária (Parque Estadual ARA) (estadual)	Decreto Estadual nº. 51.988, de 04/06/69 e Decreto Estadual nº. 928, de 09/01/73	64,30	Campinas e Valinhos	3,1
Estação Ecológica Estadual de Valinhos (estadual)	Decreto Estadual nº 26.890, de 12/02/87	16,94	Valinhos	11,2
Reserva Biológica Municipal da Serra do Japi (municipal)	Lei Municipal nº. 3.672, de 10/01/91	2.071,2	Jundiaí	19,6

TABELA 1. Unidades de Conservação próximas ao empreendimento.

Fonte: Secretaria do Estado do Meio Ambiente, Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo, 2000. Elaboração: Emplasa, 2002.

A **FIGURA 1** apresenta a com base na foto aérea a localização do empreendimento em relação às Unidades de Conservação.

FIGURA 1. Unidades de Conservação localizadas na foto aérea.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PRÉ-SELECIONADAS

Para a caracterização das Unidades de Conservação, foram selecionadas as Unidades de Conservação mais próximas do empreendimento, sendo que a única localizada na Área de Influência Indireta é o Parque Estadual ARA.

As informações das principais características e demandas das UCs selecionadas serão discutidas a seguir, sendo que estas foram obtidas a partir de pesquisas bibliográficas e o envio de um questionário para cada órgão gestor.

2.1. ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE VALINHOS

CATEGORIA: Unidade de Conservação de Proteção Integral.

GESTOR: Sr. José do Amaral Wagner Neto, Diretor Executivo da Fundação Florestal.

Unidade de Conservação de uso Integral a Estação Ecológica de Valinhos abrange uma área de 16,94 ha, e está localizada no perímetro urbano do município de Valinhos, próximo à saída para o município de Campinas.

A unidade já possui sua área regularizada do ponto de vista fundiário e tem como objetivo a preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.

Sua administração esta sob responsabilidade da Fundação para a Conservação e a produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal), órgão Estadual ligado a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

A unidade não possui Plano de Manejo, mas entre as prioridades da administração estão à elaboração de estudos ambientais, fiscalização e proteção para a Estação Ecológica.

As pesquisas realizadas na Unidade de Conservação estão sob a responsabilidade do Instituto Florestal.

2.2. PARQUE ESTADUAL DE ASSESSORIA DA REFORMA AGRÁRIA (PARQUE ESTADUAL ARA)

CATEGORIA: Unidade de Conservação de Proteção Integral.

GESTOR: Sr. José do Amaral Wagner Neto, Diretor Executivo da Fundação Florestal.

Com área de 64,30 ha, o Parque ARA está localizado na zona rural do município de Valinhos, em uma área desapropriada pelo Estado para um projeto piloto de reforma agrária.

Os principais objetivos da Unidade são para fins de conservação, pesquisa e turismo.

Sua administração esta sob responsabilidade da Fundação para a Conservação e a produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal), órgão Estadual ligado a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.

A Unidade não possui Plano de Manejo, mas as prioridades da administração se igualam a Estação Ecológica de Valinhos, sendo elaboração de estudos ambientais, fiscalização e proteção para o Parque Estadual.

Pesquisas nas áreas de florísticas, fitossociológico e avifauna já foram realizadas na Unidade sob a responsabilidade do Instituto Florestal.

2.3. RESERVA BIOLÓGICA MUNICIPAL DA SERRA DO JAPI

CATEGORIA: Unidade de Conservação de Proteção Integral.

GESTOR: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiental

Esta reserva situa-se no interior das áreas tombadas da Serra do Japi, município de Jundiá, abrangendo então a bacia do rio Jundiá.

A Reserva Biológica apresenta um importante fragmento florestal, caracterizado principalmente pela riqueza hídrica, pela biodiversidade florística e faunística da Serra do Japi, e tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana

direta ou modificações ambientais excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

A reserva realiza programas de educação ambiental e pesquisa, além de fiscalizar todas as atividades. Projetos de pesquisas são desenvolvidos desde o final dos anos 80, principalmente por pesquisadores da área de ecologia da Universidade Estadual de Campinas.

Segundo seu plano de manejo, as carências da Unidade estão na necessidade de um funcionário gestor que se concentre nas atividades administrativas de fiscalização e manutenção da infra-estrutura.

Regulamentada numa área de 2.071,2 ha, foi declarada pela UNESCO em 1992 como reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Cinturão da Cidade de São Paulo.

2.4. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL JUNDIAÍ

CATEGORIA: Unidade de Conservação de Uso Sustentável

GESTOR: Claudia Avanzi

A APA de Jundiaí faz divisa com a área de influência direta e indireta do empreendimento. A Unidade de Conservação, com uma área de 49.329 ha, abrange todo território de Jundiaí e parte de Jarinu, Campo Limpo Paulista e Itupeva e é considerado um raro remanescente de Mata Atlântica no interior de São Paulo.

APA tem como objetivo a proteção da porção de Mata Atlântica que ocorre no maciço montanhoso, denominado Serra do Japi, formado pelas Serra do Japi, Guaxinduva, Guaxatuba, Jaguacoara, Cristais e as bacias hidrográficas do rio Jundiaí-Mirim e ribeirão Caxambu. Na APA Jundiaí estão presentes desde a floresta densa, nos locais mais úmidos, até a floresta seca e baixa, nos locais mais elevados.

Apesar de vários motivos para preservar - lá, a Serra do Japi enfrenta várias

ameaças, tais como a expansão urbana, desmatamento, ocupação irregular, entre outras. Isto se dá pelo fato da unidade além de estar localizada em um município considerado um pólo regional com alto índice de urbanização e um parque industrial desenvolvido, tem proximidade com as principais rodovias do Estado.

Em Itupeva abrange a área de drenagem do ribeirão Caxambu. A área é citada no Plano Diretor da cidade que propõe a preservação e manutenção do Vale do rio Jundiá e áreas remanescentes da mata Atlântica com a criação de áreas de preservação.

Esta Unidade de Conservação ainda não conta com plano de manejo, sendo necessária assim, a elaboração e implantação do mesmo.

2.5. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CABREÚVA

CATEGORIA: Unidade de Conservação de Uso Sustentável

GESTOR: Claudia Avanzi

A criação da APA de Cabreúva teve como objetivo a proteção da porção de Mata Atlântica que ocorre no maciço montanhoso, denominado Serra do Japi, formado pelas Serra do Japi, Guaxinduva, Guaxatuba, Jaguacoara e Cristais. A área abrange o município de Cabreúva e parte dos municípios de Salto e Indaiatuba na porção da bacia do ribeirão Piraí, principal manancial responsável pelo abastecimento destas cidades.

A área abriga uma área de Mata Atlântica com ocorrência de grande variedade de espécies da flora e fauna.

Cabreúva tem apresentado um processo acelerado de urbanização e como consequência a degradação das águas do ribeirão Piraí pela quantidade de esgoto que recebe, além disso, as áreas agrícolas estão cada vez mais recuadas e são comuns as práticas de queimadas e desmatamentos.

Esta Unidade de Conservação ainda não conta com plano de manejo, sendo necessária assim, a elaboração e implantação do mesmo.

3. CONSIDERAÇÕES

A abordagem das APAs de Cabreúva e Jundiá junto com a APA de Cajamar tendeu para uma gestão unificada pelo motivo de que essas três Unidades de Conservação foram criadas considerando-se a Serra do Japi como atributo comum. Sendo assim, desde 2008, a Fundação para a Conservação e a produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal) está responsável pela administração das mesmas.

Essas áreas formam um contínuo de áreas protegidas e está dentro do perímetro da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde/UNESCO, criada em 1992.

Verifica-se que as Unidades de Conservação selecionadas não sofrerão impactos diretamente relacionados com a implantação do empreendimento de modo que estão distantes da área de estudo, além de estarem localizadas fora da bacia de contribuição, o que colabora para a anulação das intervenções nesta Unidade de Conservação.

A **TABELA 2** apresenta um estudo comparativo com as principais informações das Unidades de Conservação situadas no entorno do empreendimento.

U.C.	Categoria de Uso	Administração da U.C.	Bioma	Bacia Hidrográfica	Objetivo da U.C.	Bens e Serviços Prestados	Carências Existentes	Pop. residente	Pesquisas já realizada
Estação Ecológica de Valinhos	Proteção Integral	Instituto Florestal	Mata Atlântica	Rio Atibaia – Bacia do Rio Piracicaba (Comitê de Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiaí)	Preservação de um acervo de fauna e flora para futuro benefícios paisagístico, científicos, culturais e educacionais	Não há serviços prestados	Não possui Plano de Manejo, elaboração de estudos, fiscalização, proteção da unidade	Não há população residente	Pesquisas sob responsabilidade do Instituto Florestal
Parque Estadual de Assessoria da Reforma Agrária (Parque Estadual ARA)	Proteção Integral	Instituto Florestal	Mata Atlântica	Córrego da Fazenda - Rio Capivari (Comitê de Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiaí)	Proteção de uma parcela única de floresta rodeada de sítios onde se cultivam diversas árvores frutíferas, relevante no cenário econômico da região	Não há serviços prestados	Não possui Plano de Manejo, elaboração de estudos, fiscalização, proteção da unidade	Não há população residente	Pesquisas sob responsabilidade do Instituto Florestal
Reserva Biológica Municipal da Serra do Japi	Proteção Integral	Prefeitura Municipal de Jundiaí	Mata Atlântica	Rio Jundiaí (Comitê de Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiaí)	Conservação dos recursos genéticos de fauna e flora, visando o desenvolvimento de estudo e pesquisa científica	Programas de educação ambiental, pesquisa e fiscalização (atividades)	Funcionário gestor que se concentre nas atividades administrativas, de fiscalização e manutenção da infra-estrutura	Não há população residente	Diversas Pesquisas realizadas pelas Universidades da região

U.C.	Categoria de Uso	Administração da U.C.	Bioma	Bacia Hidrográfica	Objetivo da U.C.	Bens e Serviços Prestados	Carências Existentes	Pop. residente	Pesquisas já realizada
APA Cabreúva	Uso Sustentável	Fundação Florestal	Mata Atlântica	Principais: Ribeirão Pirai – Bacia do Rio Jundiá e Rio Tietê (Comitê de Bacias do Médio Tietê/Sorocaba)	Proteção da porção de Mata Atlântica que forma a Serra do Japi e de mananciais de abastecimento público, especialmente a bacia do Ribeirão do Pirai	Não há serviços prestados	Elaboração e Implantação do Plano de Manejo	Esta APA engloba um município e parte de três municípios e suas populações	Diversas Pesquisas realizadas pelas Universidades da região
APA Jundiá	Uso Sustentável	Fundação Florestal	Mata Atlântica	Principal: Rio Jundiá – Mirim – Bacia do Rio Jundiá (Comitê de Bacias do Piracicaba/Capivari/Jundiá)	Proteção da porção de Mata Atlântica que forma a Serra do Japi e de recursos hídricos da região	Não há serviços prestados	Elaboração e Implantação do Plano de Manejo	Esta APA engloba um município e parte de três municípios e suas populações	Diversas Pesquisas realizadas pelas Universidades da região

TABELA 2. Resumo das principais características da UCs.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O EIA-RIMA sugere que os recursos da compensação ambiental sejam aplicados para a criação de duas novas Unidades de Conservação de Uso Integral no município de Campinas, localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Capivari e Capiravi-Mirim, onde está inserido o empreendimento, e de acordo com o Decreto Municipal de Campinas nº. 16.713, de 22 de julho de 2009, suas denominações seriam “APA Capivari” e “Parque Natural Municipal do Capivari-Mirim”.

Com base também no apresentado no EIA-RIMA, a estimativa de custo previsto para a implantação do loteamento é de **R\$ 14.262.131,50**, sendo que o órgão competente calculará o grau de impacto e consequentemente o valor da compensação e a(s) UC(s) que será beneficiada financeiramente com esse recurso.